

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>Políticas públicas para mulheres: pela obtenção de igualdade plena de mulheres e homens</i> Celeste Leite dos Santos	15
<i>O frete de uniformização de preços de álcool não é isenção fiscal</i> Leonardo de Medeiros Fernandes e Rodrigo Tomiello Silva	27
<i>O contrato social como ideia regulatória: a evolução de um conceito jurídico</i> João Felipe Menezes Lopes	39
<i>A questão da mulher: muito além do Direito</i> Juliana Paula Magalhães.....	53
<i>O direito de superfície na Alemanha e o seu caráter social</i> Leonardo Estevam de Assis Zanini	69

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Ação declaratória de nulidade de processo administrativo. INCRA. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Partilha não registrada em cartório. Intimação na pessoa da inventariante. Prevalência da transcrição constante no registro imobiliário. Ausência de nulidade da notificação do proprietário.</i> Ap 0002311-12.2013.4.03.6103 Desembargador Federal Valdeci dos Santos.....	91
<i>Mandado de Segurança. Ensino superior. Inadimplência. Curso distinto. Negativa de matrícula. Impossibilidade.</i> ReeNec 5001130-82.2018.4.03.6112 Desembargador Federal Mairan Maia.....	97
<i>Mandado de Segurança. DL 73/66. SUSEP. Empresa seguradora em liquidação extrajudicial. Afastamento e nomeação de liquidante. Resolução CNSP nº 335/2015. Ilegalidade e inconstitucionalidade. Inocorrência.</i> EDclApCiv 5007542-65.2018.4.03.6100 Desembargadora Federal Consuelo Yoshida	100

Mandado de Segurança. Suposta omissão no preenchimento de vagas em concurso para servidores públicos. Restrição orçamentária. Autorização de aproveitamento de candidatos do concurso da justiça eleitoral. Vagas e previsão orçamentária posteriores à perda de validade do concurso desta corte.

MS 5014511-63.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta105

Servidor público. Transferência. Universidade federal. Cônjuge. Necessidade de comprovação de vaga. Artigo 99 da Lei nº 8.112/1990.

AI 5020824-40.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy 109

DIREITO AMBIENTAL

Ação Civil Pública. Área de preservação permanente. Dano ambiental. Cerceamento do direito de defesa. Prova técnica. Necessidade. Sentença desconstituída.

Ap 0005080-57.2008.4.03.6106

Juíza Federal Convocada Eliana Marcelo..... 115

DIREITO CIVIL

Contrato de abertura de crédito para financiamento estudantil - FIES. Ação monitória. Óbito do mutuário.

Ap 0013467-35.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Peixoto Junior127

DIREITO CONSTITUCIONAL

Livre iniciativa. Norma e interpretação: questão constitucional. STF: RE 562276, sob o regime de repercussão geral. Execução Fiscal contra sociedade empresária. Registro do distrato social, na junta comercial. Responsabilização patrimonial de sócio e administrador: impossibilidade.

EDclAI 5023081-72.2017.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto133

Ação ordinária. Direito à saúde. Fornecimento de medicamento. Hipossuficiente. Doença de Fabry. Medicamento Replagal.

ApReeNec 5000255-42.2018.4.03.6103

Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 144

Suspensão de Segurança. Ação de Reintegração de Posse. Fazenda Esperança/MS. Ocupação indígena. Questão fundiária indígena: oposição de produtores agropecuários e comunidades indígenas, em controvérsias quanto à posse de determinadas áreas localizadas ao longo do Estado do MS.

SLAT 5005398-51.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta155

DIREITO PENAL

Serviço de comunicação multimídia. Art. 183 da Lei nº 9.472/1997. Crime de perigo abstrato. Tipicidade. “Abolitio criminis”. Resolução 680/2017 da ANATEL. Causa extintiva de punibilidade.

Ap. 0010203-34.2011.4.03.6105

Desembargador Federal Nino Toldo 175

Cheque clonado. Art. 171, § 3º, do CP. CEF. Dolo comprovado. Dosimetria da pena mantida. Pena pecuniária reduzida de ofício.

Ap. 0013755-31.2015.4.03.6181

Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... 179

Corrupção de menores. Artigo 244-B da Lei nº 8.069/1990. Crime formal. Consumação independente da prova da efetiva corrupção do menor.

Ap. 0007767-58.2017.4.03.6181

Desembargador Federal Maurício Kato.....186

Uso de CNH materialmente falsa. Art. 304 c/c art. 297 do CP. Apresentação após a solicitação de agente policial. Crime configurado. Alegação de autodefesa rejeitada. Maus antecedentes. Reincidência e confissão espontânea. Compensação. Adequação da prisão preventiva ao regime semiaberto. Execução provisória da pena.

Ap. 0000004-21.2018.4.03.6003

Desembargador Federal José Lunardelli.....192

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Pensão por morte. Menor sob guarda. Óbito do mantenedor posterior à Lei nº 9.528/1997. Recurso repetitivo. REsp 1.411.258/RS. Especialidade do ECA sobre a lei previdenciária. Direito ao benefício garantido.

Ap 0028399-49.2007.4.03.9999

Desembargadora Federal Inês Virgínia..... 203

Cálculo da renda mensal inicial. Revisão. Artigo 29, II, da Lei nº 8.213/1991. Requisitos preenchidos.

Ap 0004491-42.2011.4.03.6112

Juíza Federal Convocada Vanessa Mello 206

Auxílio-doença. Aposentadoria por invalidez. Incapacidade absoluta e permanente configurada. Laudos periciais. Interpretação “a contrario sensu”. Perda da qualidade de segurado. Segurado facultativo. Prorrogações. Inaplicabilidade.

Ap 0037163-48.2012.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado213

Benefício de prestação continuada. Estrangeiro residente no país. Falecimento. Habilitação. Sobrinha. Resíduo. Honorários advocatícios. Defensoria pública.

Ap 0002996-68.2013.4.03.6119

Desembargadora Federal Marisa Santos219

Servidora em cargo de provimento em comissão. Vinculada ao RGPS. Art. 40, § 13, da CF/1988. Correção do PBC do benefício. Aposentadoria por invalidez. Incapacidade laborativa total e permanente comprovada. Qualidade de segurada e carência demonstradas. Doença incapacitante.

ApelRemNec 0004337-65.2013.4.03.6108

Desembargador Federal Paulo Domingues 223

Atividade especial. Enfermagem. Agentes biológicos. Conversão da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. Procedente. Termo “a quo”.

Ap 0007536-64.2013.4.03.6183

Desembargador Federal Newton De Lucca 230

Salário-maternidade de rurícola. Trabalhadora rural. Diarista. Existência de início de prova material. Conjunto probatório suficiente para obtenção do benefício.

Ap 0011719-08.2015.4.03.9999

Desembargador Federal David Dantas 239

Aposentadoria por idade urbana. Art. 48, “caput”, da Lei nº 8.213/91. Contribuição para o regime próprio concomitante ao regime geral da previdência social. Possibilidade de cumulação de aposentadorias. Não comprovação dos requisitos legais. Benefício indevido.

Ap 0025029-81.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 245

Aposentadoria especial. Prova pericial emprestada. Cabimento. Atividade especial parcialmente comprovada. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. Benefício concedido.

Ap 0001561-72.2016.4.03.6113

Desembargador Federal Toru Yamamoto248

Mandado de Segurança. Tempo especial. Auxiliar/inspetor de segurança. Uso de arma de fogo. Riscos inerentes à profissão. Preenchidos os requisitos para implantação da aposentadoria especial.

ApReeNec 5000197-53.2016.4.03.6121

Desembargadora Federal Tânia Marangoni 256

Aposentadoria proporcional por tempo de contribuição. Atividade especial. Hidrocarbonetos aromáticos, pintor de pistola.

Ap 0005274-03.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira261

Auxílio-reclusão. Execução. Levantamento de valores atrasados pela genitora de filhos menores. Possibilidade.

Ap 0025009-85.2018.4.03.9999

Desembargador Federal Gilberto Jordan 270

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Execução de sentença. Precatório. Saldo remanescente. Juros de mora. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Juízo de retratação. Termo final da incidência dos juros de mora. Coisa julgada.

Ap 0007954-05.2010.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento277

Sindicato. Legitimidade para promover a defesa de direitos individuais homogêneos dos substituídos em juízo. Assistência judiciária gratuita.

Ap 0012900-18.2012.4.03.6000

Desembargador Federal Hélio Nogueira 279

Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade especial. Indeferimento da prova pericial. Cerceamento de defesa. Anulação da sentença.

Ap 0010035-21.2013.4.03.6183

Desembargador Federal Luiz Stefanini 285

Agravo interno. Negativa de seguimento ao recurso extraordinário. Artigo 543-B, § 3º do CPC/1973, Atual artigo 1.030, I c/c 1.040, I do CPC. Objeto restrito às questões que motivaram a negativa de seguimento. Correspondência entre o acórdão recorrido e a orientação firmada pelo STF. Descabimento da manutenção do sobrestamento. Impossibilidade de rediscussão do acórdão paradigma. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tema nº 69 de Repercussão Geral.

Ag RE ApCiv 5000431-22.2017.4.03.6114

Desembargador Federal Nery Júnior.....291

Aposentadoria por idade rural. Repetição de demandas. Existência de coisa julgada material. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Períodos não abrangidos pela coisa julgada. Início de prova material. Prova testemunhal corrobora apenas parte do período pleiteado, insuficiente à concessão do benefício.

ApelRemNec 0002665-13.2018.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 295

Ação ordinária em sede de cumprimento de sentença. Resolução PRES nº 142/2017 deste Tribunal. Digitalização dos autos físicos. Paralisação dos autos na falta de cumprimento da incumbência.

AI 5008391-04.2018.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete 302

Execução. Valor incontroverso. Prosseguimento. Previdenciário. Cumprimento de sentença. Tutela antecipada revogada. Devolução. REsp 1.401.560/MT. Proposta de revisão da tese. Suspensão dos processos.

AI 5027560-74.2018.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias310

DIREITO PROCESSUAL PENAL

“Habeas Corpus”. Unificação de penas. Juízo da execução. Artigo 111 da LEP. Possibilidade. Regressão de regime. Não configuração. Impossibilidade de substituição por restritivas de direitos. Artigo 44 do CP.

HC 5000674-04.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes315

“Habeas Corpus”. Inquérito Policial. Requisição. MPF. Legitimidade passiva. TRF. Competência. Trancamento. Inquérito policial. Ação penal. Exame aprofundado de provas. Inadmissibilidade. Sentença trabalhista. Súmula vinculante nº 24 do STF. Admissibilidade. Sonegação fiscal. Crimes de falsidade material ou ideológica. Absorção. Potencialidade lesiva. Casuística.

HC 5001999-14.2019.4.03.0000

Desembargador Federal André Nekatschalow319

DIREITO TRIBUTÁRIO

IPI. Industrialização modalidade renovação ou recondicionamento. Aparas de papel e papelão. Direito ao crédito. Possibilidade. Princípio da não cumulatividade. STF. RE 398.365/RS. Repercussão geral. Créditos escriturais. Prescrição quinquenal.

ApelRemNec 0011626-54.2005.4.03.6100

Juíza Federal Convocada Leila Paiva..... 333

Embargos à Execução Fiscal. Empresa pública. Natureza jurídica. Penhora. Bens afetados atividade fim (serviço público). Não comprovado.

ApelRemNec 0001559-50.2012.4.03.6111

Desembargadora Federal Marli Ferreira 358

Parcelamento de débito fiscal. Suspensão de exigibilidade do crédito tributário. Efeitos imediatos mesmo antes da consolidação na esfera administrativa.

AI 5002978-78.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 364

Mandado de Segurança. Incidência do IPI na operação de revenda de produto importado. Legalidade da exação. Art. 543-C do CPC/73. EREsp nº 1.403.532/SC.

Ag ApCiv 5002062-76.2018.4.03.6110

Desembargadora Federal Diva Malerbi 367

Mandado de Segurança. Sistema “reintegra”. Benefício fiscal. Decreto nº 9.393/2018. Redução do percentual de 2% para 0,1%. Majoração indireta de tributo. Princípios da irretroatividade, da anterioridade anual e nonagesimal: não observância. Revisão de entendimento pessoal anterior.

AI 5017401-72.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Johonson Di Salvo..... 372

Medida Cautelar Fiscal. Lei nº 8.397/1992, artigo 2º, incisos III, V, b, VII e IX. Possibilidade de ajuizamento em face de quem não constou do processo administrativo. Débitos alegados de mais setenta e três milhões de reais. Detalhado relatório de fiscalização. Índícios de prática de atos com intuito de frustrar a satisfação do crédito tributário e confusão patrimonial, por meio de atuação pessoal dos administradores. Constituição de sociedade voltada em tese à blindagem patrimonial. Ausência de violação ao sigilo bancário e fiscal. Indisponibilidade de ativos financeiros. Medida excepcional. Cabimento na hipótese dos autos.

AI 5022250-87.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Nelton dos Santos.....377

Alteração do regime de tributação pela Lei nº 13.670/2018. Princípio da irretroatividade da lei. Segurança jurídica. Impossibilidade de retratação.

AI 5029735-41.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Souza Ribeiro400

Execução Fiscal. INFOJUD – DIMOB E DIMOF. Necessidade de esgotamento de diligências em busca de bens. Situação em que foi determinada penhora de três imóveis de propriedade dos executados. Indeferimento da medida.

AI 5000211-62.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Cecília Marcondes 403

Prescrição intercorrente. Ocorrência. Redirecionamento aos sócios. Ausência de citação válida no quinquênio posterior ao ajuizamento. Súmula 106/STJ. Inaplicabilidade.

AI 5001083-77.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre408

SENTENÇAS

Ação Penal. Lei nº 8.137/1990. Informação falsa em contrato social. Inscrição fraudulenta da empresa no SIMPLES. Supressão de pagamento de COFINS, IRPJ, CSSL e PIS.

0000632-59.2013.4.03.6108

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite419

Ação de Reintegração de Posse. Fazenda Esperança (Aquidauana/MS). Alegação de invasão do imóvel por indígenas.

0005471-63.2013.4.30.6000

Juiz Federal Renato Toniasso 442

Mandado de Segurança. Stock options. IRPF com alíquota de 27,5%. Abatimento do valor já pago a título de IRPF sobre ganho de capital (entre 15% e 22,5%) ou, pelo menos, o reconhecimento de tal crédito para fins de compensação administrativa ou via precatório.
5012609-45.2017.4.03.6100

Juiz Federal Tiago Bitencourt De David..... 449

Ação Penal Pública. Furto. Cabeamento de cobre. Agência da CEF. Incidente de insanidade mental. Dependente químico. Semi-imputabilidade. Absolvição imprópria. Aplicação de medida de segurança. Tratamento ambulatorial em Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas, ou em entidade congênere.

0000988-53.2018.4.03.6181

Juíza Federal Louise Vilela Leite Filgueiras Borer 456

Mandado de Segurança. CEF. Liberação de FGTS. Cardiopatia grave.

5006611-02.2018.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 466

Obrigação de fazer. Registro da empresa e de seu responsável. Atividade de representante comercial. Conselho Regional. Desconsideração da personalidade jurídica da empresa.

5008700-24.2019.4.03.6100

Juíza Federal Denise Aparecida Avelar 469

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região.....475

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 479